

Reenergação do combustível fóssil e do etanol valerá a partir de amanhã e tem a finalidade de arrecadar R\$ 28,8 bilhões este ano. As novas alíquotas ainda não foram anunciadas

Fim da isenção de impostos deve gerar alta na gasolina



Ministro Fernando Haddad defendeu a volta da oneração integral dos combustíveis

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Uma vitória parcial de Haddad

MARCILO DE MORAES

Na batalha travada entre a ala política do governo, incluindo o próprio partido do presidente da República, o PT, e o Ministério da Fazenda, representado pelo titular da pasta, Fernando Haddad, a opção foi promover a volta parcial dos impostos federais sobre os combustíveis (gasolina, etanol, gás natural veicular e querosene de aviação) a partir de amanhã. A vitória da área econômica foi parcial pelo temor do governo de que a volta integral dos tributos impactasse a inflação e, mais, repercutisse negativamente sobre o presidente Lula, uma vez que a medida foi adotada por seu antecessor, no calor da corrida eleitoral. Reduzir preços com corte de impostos pura e

simplesmente é um erro, porque não há sustentabilidade nesse tipo de ação: o preço cai com o corte de impostos e volta com o retorno dos impostos. A redução de preços ocorre com a redução de custos e de margem de operação a partir da maior oferta de produtos ou serviços, e não de forma artificial, como ocorreu no ano passado. Com a volta parcial dos impostos, que ainda não foi detalhada, a gasolina terá um imposto maior do que o etanol e o governo estuda formas de reduzir o impacto para o consumidor final, provavelmente mexendo nos tributos na cadeia entre o poço e o posto. Haddad conseguiu preservar a arrecadação da ordem de R\$ 28 bilhões este ano, mas a ala política não dará tréguas e seguirá pressionando por mudanças na política de preços da Petrobras.



A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, queria adiar a reenergação pelo menos até abril

Brasília — O governo federal bateu o martelo ontem e decidiu acabar com a isenção de impostos federais sobre a gasolina e o etanol, feita pela gestão de Jair Bolsonaro em março do ano passado, pouco antes do início da campanha presidencial, já a partir de amanhã. O Ministério da Fazenda informou que haverá aumento do imposto sobre os combustíveis para arrecadar R\$ 28,8 bilhões neste ano. A intenção do governo é promover uma tributação maior sobre combustíveis fósseis, como a gasolina, em relação a combustíveis renováveis, como o álcool, já a partir de amanhã, já que a medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com isenção perde a vigência hoje. No caso do diesel e do gás de cozinha, os impostos federais estão zerados até 31 de dezembro. Segundo o ministério, a intenção da volta dos tributos é manter o alinhamento entre três princípios de sustentabilidade: “O ambiental, onerando mais os combustíveis fósseis. O social, penalizando menos o consumidor, e o econômico, preservando a arrecadação”.

Os percentuais ainda estão sendo discutidos com a Petrobras. O governo estuda o retorno de 75% da alíquota anterior sobre a gasolina e de 25% sobre o etanol. O acréscimo final sobre o preço na bomba seria de R\$ 0,49 para a gasolina e de R\$ 0,06 para o álcool. No caso da gasolina, o aumento seria de 11%. A decisão sobre a reenergação foi anunciada após reunião no Palácio do Planalto entre Lula, os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda) e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

A decisão pela reenergação provocou queda de braço dentro do governo entre a área econômica e o núcleo político, tendo à frente a presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, que diz ter impacto do aumento dos combustíveis na inflação e na popularidade do presidente. A intenção era manter a desoneração desses impostos por pelo menos mais dois meses. “Antes de falar em retomar tributos sobre combustíveis, é preciso definir uma nova política de preços para a Petrobras. Isso será possível a partir de abril”, afirmou Gleisi.

Já a equipe econômica conta com a volta da arrecadação dos tributos para aumentar a arrecadação e reduzir o rombo de mais de R\$ 200 bilhões esperado para as contas do governo neste ano. Com impasse entre as alas econômica e política, o governo federal avalia então uma reenergação parcial da gasolina e do álcool. A discussão que está na mesa e que foi levada a Lula prevê que a gasolina, por exemplo, seja reenergada em 75% do PIS e da Cofins. Isto é, em vez de voltar a cobrar a totalidade do imposto, o que representaria R\$ 0,69 por litro do combustível, o governo cobraria R\$ 0,49 por litro.

A proposta estudada faz mudanças na estrutura da cobrança de impostos na cadeia produtiva dos combustíveis. A ideia é que toda a arrecadação extra, de R\$ 28 bilhões, saia da tributação de combustível, majoritariamente de produtos fósseis, mas na estrutura da cadeia de impostos que minimize o impacto ao consumidor. A fórmula buscada preserva a proposta do Ministério da Fazenda, lançada em 12 de janeiro. À época, o ministro Haddad afirmou que, a partir de março, o governo iria voltar com a tributação para garantir R\$ 28 bilhões. Segundo ele, a arrecadação teria como objetivo diminuir o tamanho do déficit previsto para 2023, de R\$ 231 bilhões, para algo entre R\$ 90 bilhões e R\$ 100 bilhões.

BOLSONARO Os impostos federais sobre combustíveis deixaram de ser cobrados às vésperas da corrida eleitoral por Jair Bolsonaro, de olho na reeleição e em meio a uma escalada inflacionária. Além da isenção do PIS e do Cide, impostos estaduais, como ICMS, também foram reduzidos. Tudo com prazo para acabar no último dia de dezembro do ano passado. Os governadores eleitos agora tentam recuperar a arrecadação e já estão pressionando o novo governo. Ao assumir, em janeiro, Lula editou medida provisória prorrogando a isenção. Para a gasolina, etanol, GNV e querosene de aviação, vale até hoje. Até então, o imposto sobre a gasolina tipo A era de R\$ 0,79 e do etanol era de R\$ 0,24. Já para o diesel, biodiesel e gás de cozinha a prorrogação vai até 31 de dezembro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Página: 3